

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: As ações educativas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Juçara Nair Wolff¹
jnwoolf@gmail.com
Luciano Von Frühauf²
luciano.von@gmail.com

Resumo

As ações educativas desenvolvidas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC, tem o objetivo duplo que é entender o processo de construção da memória institucional catarinense e garantir aos cidadãos o acesso à informação contidas nos documentos custodiados pelo Arquivo Público. As ações educativas desenvolvidas no Arquivo Público de Santa Catarina foram retomadas no final de 2018 através da exposição no AÇOR – festa da Cultura Açoriana que acontece anualmente desde 1994. Nesta exposição apresentamos documentos que substanciam a elaboração das histórias locais e fornecem pistas para refletir sobre a fisionomia e contornos específicos, existentes nas comunidades que habitam todo litoral catarinense. Em 2019 retomamos a ação educativa voltada às escolas do ensino básico (estadual, municipal e particular) em uma nova configuração e formato através do projeto A escola vai ao Arquivo. No ano de 2019 a ação atendeu aproximadamente 350 alunos da rede estadual. A ação que vai além de uma visita guiada pelos espaços do Arquivo Público, intencionava refletir sobre a valorização e preservação dos bens patrimoniais e ai destacamos o documento histórico, inserindo o estudante no conhecimento sobre o contexto de produção documental evitando a mitificação do documento. Isto porque documentos arquivísticos isolados de seu contexto de produção passam a ter valor como espécie rara e artefato e não como documento histórico com possibilidades de reativar memórias, de funcionar como gatilho para a (re)construção de processos históricos passados. A partir de um documento digitalizado realizamos juntos com os alunos a análise histórica do documento: suporte, escrita, formato, estilo, conteúdo. Realizamos a leitura paleográfica e um exercício com pena e tinta ferrogálica. Ainda em 2019 encampamos outro projeto educativo voltado às escolas, aos professores do ensino básico e a sociedade em geral, desejosos em conhecer fragmentos da história institucional catarinense; investimos então em exposições virtuais. A primeira exposição aconteceu em junho de 2019. Desenvolvemos o projeto aproveitando o chamamento do Arquivo Nacional e da Fundação Casa Rui Barbosa para a participação dos arquivos na 3º Semana Nacional dos Arquivos e para refletirmos sobre a importância, significado e trajetória de uma das mais importantes instituições arquivísticas do estado de Santa Catarina que na ocasião completava 59 anos. A exposição Preservando a história, construindo a cidadania, obteve mais de 3.000 visitas. As atividades que envolvem ações educativas patrimoniais desenvolvidas pelo Arquivo Público são importantes estratégias para o aumento da visibilidade do

¹ Arquivo Público do Estado de Sana Catarina – APESC, Florianópolis/SC, Brasil.

² Arquivo Público do Estado de Sana Catarina – APESC, Florianópolis/SC, Brasil.

acervo documental. São caminhos para que a sociedade reconheça a função social dessa instituição para além do recolhimento e guarda da documentação produzida pelo Estado.

Palavras-chave: Ação Educativa. Patrimônio. Memória. História. Arquivo Público.

Oficialmente o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi consolidado por Heriberto Hülse em 28 de junho de 1960, por meio da Lei nº 2.378, mas por trás desta institucionalização há uma história que remonta ao final do século XIX, quando Hercílio Pedro da Luz, então governador do Estado de Santa Catarina subordinou o gerenciamento dos arquivos a Secretaria do Interior e Justiça, através da Diretoria de Instrução Pública. Certamente a preocupação com a administração dos arquivos era fruto do diálogo existente entre o dirigente do Estado e o secretário do Interior e Justiça, o republicano José Boiteux que tinha como meta a preservação da memória pública catarinense. Segundo PIAZZA (1990:05),

José Boiteux (1865-1934), no seu afã de desvendar a História Catarinense, numa peregrinação incessante, dentro e fora do Estado Natal, não mediu esforços para realizar o seu intento. [...] O seu melhor biógrafo, tratou da sua ação, como semeador de estátuas, de placas e incentivador da cultura em terras catarinenses. [...] a sua grande meta era a preservação documental em Santa Catarina, através da criação de um arquivo público.

A criação do espaço arquivístico no estado não ocorreu nos 138 dias em que Hercílio Pedro da Luz governou Santa Catarina (22/04/1894-28/09/1894). José Boiteux deve ter demonstrado grande satisfação ao ver promulgada, pelo Governador Felipe Schmidt, a Lei nº 1.196, de 26 de setembro de 1918, criando o Arquivo Público do Estado que naquele momento significa tão somente acondicionar o acervo em uma das dependências do “vetusto Palácio do Governo (à Praça Quinze de Novembro), em sua ala direita, onde funcionava a Secretaria de Estado do Interior e Justiça.” (PIAZZA, 1990:06). A documentação ali depositada constituía-se de papéis públicos, alguns deles, anteriores à instalação da Capitania de Santa Catarina, em 1739.

Mas, aos poucos, a arquitetura do Arquivo Público elaborada na mente ilustrada de José Boiteux vai sendo corroído. Faltaram-lhe investimento, espaço e pessoal que garantissem à instituição dinamismo e organização.

As sementes plantadas na Primeira República germinaram e, finalmente, em 1931, o Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil, pelo Decreto nº 186, de 28 de dezembro, (re)cria o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Sua (re)criação fundamentava-se na concepção de que a guarda e conservação de documentos de natureza administrativa era imprescindível para “acautelar os legítimos interesses nas relações de direito privado e de direito administrativo, como também para manter uma fonte de seguras informações acerca dos acontecimentos que constituem a vida, a tradição e história do Estado, nas diferentes épocas e em seus múltiplos aspectos”. (SANTA CATARINA. 1932:117)

Os anos de incertezas, entre 1930 e 1937, deixaram suas marcas e interferiram negativamente no processo de consolidação do Arquivo Público. O também Interventor Federal Aristiliano Ramos, pelo Decreto nº 349, de 10 de maio de 1933, emudeceu a promissora voz do Arquivo Público, extinguindo-o. Foram dois anos, quatro meses e dez dias de existência. As alegações para a extinção assentavam-se na delicada situação financeira do estado.

Como apontei inicialmente, frente a tantas idas e vindas no processo de criação do Arquivo Público, sua consolidação como órgão custodiador da documentação produzida e acumulada pela administração direta e indireta do estado catarinense, ocorreu somente em 1960. Apesar de ter apenas 60 anos, traz em sua bagagem mais de 100 anos de dedicação na guarda da documentação de natureza administrativa que registram a história de Santa Catarina desde 1703.

Atualmente o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina constitui-se em uma diretoria da Fundação Escola de Governo – ENA, a Diretoria do Arquivo Público – DIAP (Lei nº741 de 12 de junho de 2019), e é administrado por duas gerências: Gerência do Arquivo Permanente – GEARP e Gerência de Recuperação Documental – GERED.

O quadro funcional conta com 7 servidores públicos efetivos (2 administradoras, 1 bibliotecária, 2 historiadores, 1 geógrafo, 1 ensino médio); 3 servidores terceirizados (1 administrador, 1 arquivista, 1 historiador) e 8 estagiários (2 Biblioteconomia, 5 Arquivologia, 1 História)

O acervo é pequeno, possuímos cerca de 2.500 metros lineares o que corresponde aproximadamente a 130 mil volumes ou 6 milhões de folhas de registros manuscritos originais. De origem governamental, os documentos foram produzidos desde os tempos da Capitania, no período colonial, passando pela Província dos tempos imperiais até a década de 50 do século XX (período republicano).

1 – PRIMEIRA FASE: As Ações Educativas, exposições e o projeto “Arquivo Público: procure a sua história, visite-o!”

As ações educativas no Arquivo Público de Santa Catarina tiveram início em 1989, após a implementação de uma Política de Preservação Documental elaborada pela Coordenação de Documentação e Publicações da Secretaria de Estado da Administração do governo catarinense, sob o comando do professor Walter Fernando Piazza e que seria desenvolvida pelo Arquivo Público do Estado.

Consolidada a partir do Decreto 1.444, de 23 de março 1988, a política de Preservação Documental estimulou o pequeno grupo de servidores que atuavam no Arquivo Público a elaborar ações institucionais voltadas a implementação de ações educativas que incentivassem a sociedade de maneira geral, professores e alunos de forma especial a valorizar e conhecer o patrimônio documental catarinense sob sua custódia. Para PIAZZA (1988:35), a política estadual de preservação documental somente se efetivaria se estivesse associada a um processo educativo:

É, pois, preciso uma ação de profundidade! É necessária uma ação educativa, de grande amplitude, abarcando todos os níveis populacionais, desde a criança, na sua primeira idade, até os mais idosos e, principalmente, o despertar de responsabilidade às autoridades. É preciso que se faça a professora incentivar o aluno a conhecer os arquivos, os museus e as bibliotecas da sua comunidade, valorizando o trabalho daqueles que executam tarefas em tais instituições e que conheça, também, a História da sua comunidade, para bem compreendê-la, amá-la e lutar mais tarde, conscientemente, pelo seu desenvolvimento social, econômico e político. PIAZZA (1988:37)

Dialogando com as diretrizes nacionais pós-regime militar, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina faz emergir políticas que implementassem por um lado, um processo da gestão documental produzida e acumulada pelo Estado e por outro que

garantisse ao cidadão o acesso à informação e conhecimento da memória histórica estadual.

Como forma de estabelecer uma maior conexão entre a população e o Arquivo, foi implementada uma política crescente de ações educativas. As primeiras estratégias de difusão educativa foram as exposições que procuravam evidenciar a História de Santa Catarina ou focalizavam entorno de alguns personagens que integravam o cenário político, econômico ou cultural catarinense. A tabela abaixo fornece elementos para avaliarmos o quanto o investimento em ação educativa seria profícuo.

Tabela 1 – Quadro de exposições e visitas ao APESC em 1988 e 1989

ANO	1988	1989	TOTAL
Nº DE EXPOSIÇÕES	10	07	17
Nº DE VISITANTES	356	759	1.115

Fonte: (PRAZERES. 1990:105)

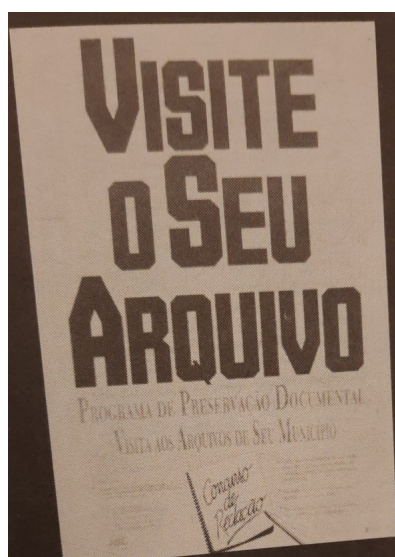


Fonte: PRAZERES: 1990:109 – Setor de Exposição do APESC – 1988



Fonte: PRAZERES: 1990:1097 – Visitação de Escolas – 1988

Para garantir uma melhor expansão das ações, a Secretaria Especial de Comunicação social do governo do Estado – SECOM colaborou na elaboração de um folder de divulgação que seria distribuído nas instituições que poderiam aproveitar de forma mais eficaz o patrimônio histórico documental ali guardado. O folder fazia um chamamento para a visitação ao Arquivo, o “Seu Arquivo”.



Fonte: PRAZERES: 1990:109 Folder de chamamento à visitação

O propósito dessas ações educativas desenvolvidas entre as décadas de 1980 e 2000 assentava-se na necessidade de se fazer conhecer a materialidade do significado de patrimônio histórico documental com o objetivo de promover junto ao público-alvo o respeito, o cuidado e a valorização desse patrimônio. Segundo PRAZERES (1990:106):

Elaborou-se, então o projeto “Arquivo Público: procure a sua história, visite-o, que implantado em março de 1989 e envolveu as escolas públicas e particulares [...] após agendamento as crianças recebiam explicações sobre o acervo, o modo de funcionamento [...] posteriormente percorriam as dependências da instituição onde recebiam orientações para elaboração de uma redação sobre o que viram e ouviram na visita.

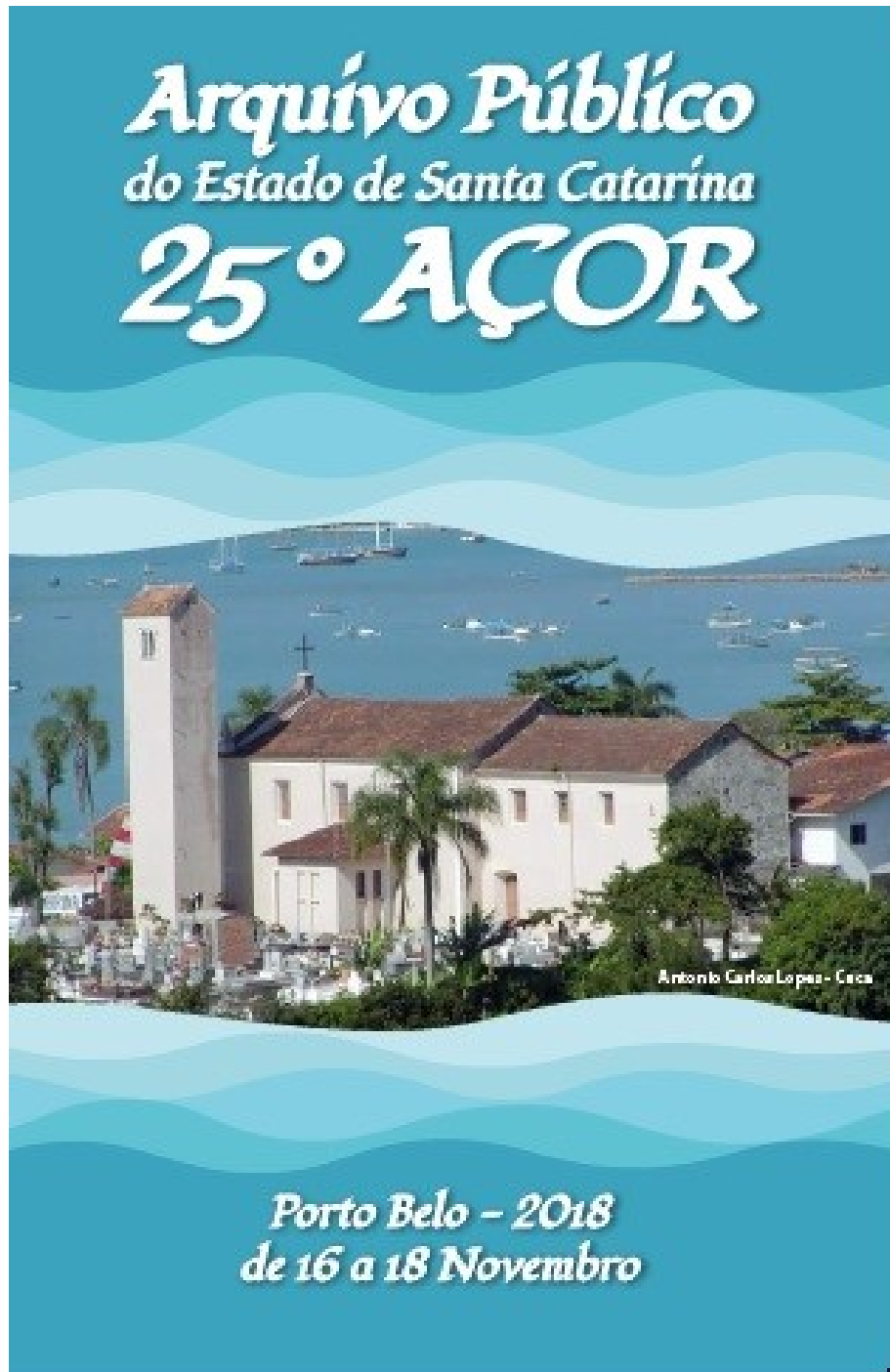
Aos poucos, e de forma tímida, o espaço do arquivo foi se constituindo por um lado como o repositório oficial da história do estado e legitimador do movimento de construção da identidade catarinense e por outro lado recebia a aura do espaço associado ao acesso à informação e a memória.

Se as ações educativas podem ser consideradas a menina dos olhos do Arquivo no decorrer dos anos 90, o mesmo não ocorre nos anos 2000. A falta de investimento e de profissionais fez com que as ações enfraquecessem e deixassem de ser oferecidas.

2 – SEGUNDA FASE: As ações educativas, exposições e o projeto “A Escola vai ao Arquivo”

A retomada das ações educativas teve início ano de 2018 quando os profissionais que atuavam no Arquivo refletiam sobre preservação e difusão. Mesmo com um corpo técnico diminuto, havia a clareza que enveredar pelo campo da educação patrimonial, favorecendo as ações educativas, seria o caminho certo para revitalizar o espaço do Arquivo Público do Estado.

Iniciou-se com a exposição organizada especificamente para participar do 25ª AÇOR – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, que ocorreu em novembro de 2018. O evento fazia parte da programação do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Belo e do Governo dos Açores.



Fonte: Acervo APESC – 2018

A exposição intitulada “Enseada das Garoupas, Colônia Nova Ericeira, Porto Belo” apresentou mais de 50 reproduções digitalizadas de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX, que contemplavam o processo de formação e

desenvolvimento daquele município desde 1776, evidenciando áreas como política, relações de poder, estrutura agrária, economia, justiça, religião, educação, estrutura urbana e organização militar.

A exposição proporcionou, ainda, aos mais de 2 mil pessoas que circularam no estande uma viagem panorâmica sobre a história do município no contexto histórico-político da Santa Catarina oitocentista, mostrando o entrelaçamento da história local com a história do Estado, do país e do Atlântico Sul.

A participação do Arquivo foi opção estratégica para dar visibilidade ao trabalho de custódia e preservação realizado pelo Arquivo Público do Estado. A receptividade da participação do Arquivo no 25º AÇOR, garantiu um novo fôlego a equipe do Arquivo e no início de 2019, deram início a organização da 1ª exposição virtual. Sem ferramentas adequadas e contando com o esforço e o comprometimento de sua equipe, o setor de processamento técnico debruçou-se a documentação institucional e organizou a exposição “Preservando a História, Construindo a Cidadania”.

A exposição foi concebida especialmente para integrar a 3ª Semana Nacional de Arquivos promovida pelo Arquivo Nacional e pela Fundação Casa de Rui Barbosa, que ocorre entre os dias 03 e 08 de junho de 2019. E era mais uma demonstração da inevitável retomada das ações educativas de difusão. A narrativa retratada na exposição evidencia a trajetória histórica da instituição Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC, reforça o compromisso institucional de aproximar o Arquivo Público da sociedade, de divulgar o seu acervo, de publicizar as suas atividades e de promover o acesso amplo e democrático à informação.

A exposição foi dividida em três seções contendo, cada uma, 10 quadros. A seção I aborda a história institucional do APESC, sua idealização no final do século XIX, o reconhecimento, em 1918, da atividade de Arquivo, a criação, em 1931, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, sua extinção por decreto em 1933 e, finalmente, sua (re)criação em 1960, por meio da Lei nº 2.378. A seção II mostra o processo de estruturação da instituição, seu organograma, seus servidores e os endereços por onde passou. Por fim, a seção III visibiliza o importante acervo do APESC, as atividades desenvolvidas na instituição, seus projetos e seu compromisso

com a custódia documental e a divulgação da informação, elementos que o consolidaram como espaço legítimo de guarda, preservação e pesquisa da história de Santa Catarina.

ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DE SANTA
CATARINA

APRESENTA

PRESERVANDO A HISTÓRIA, CONSTRUINDO A CIDADANIA

EXPOSIÇÃO VIRTUAL



CONHEÇA SEU ARQUIVO EM
SEMANANACIONALDEARQUIVOSAPESC.WORDPRESS.COM



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE
SANTA CATARINA - APESC

RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 261 - SACO DOS LIMÕES. FLORIANÓPOLIS/SC
FONE 3665-6223 / 3665-6224
E-MAIL ARQUIVOPUBLICO@ENABRASIL.SC.GOV.BR
HORÁRIO DE ATENDIMENTO NA SALA DE PESQUISA - 13H ÀS 18H
HORÁRIO DE ATENDIMENTO INSTITUCIONAL - 12H ÀS 19H

Fonte: Acervo APESC – 2019

A exposição teve mais de 2 mil acessos e estimulou a equipe a percorrer caminhos pedregosos e incertos para dar publicidade ao acervo, garantir a sociedade o acesso à informação e promover a compreensão e a valorização do patrimônio documental como elemento básico para o exercício da cidadania.

As ações empreendidas pelo Arquivo Público de Santa Catarina são indícios de que esta instituição não se limita mais, tão somente, a servir ao Estado e ao historiador/pesquisador. A tarefa profícua de educação patrimonial, embora considerada secundária, legitima-se e sutilmente conquista seu lugarejo no grande território arquivístico. Embora sendo coadjuvante exerce seu papel com maestria, espraçando como o vento, as vozes que ecoam desse “reservatório sem fundo” e permitindo a sociedade ouvir os “sons” dos diferentes mundos ali guardados. Mesmo sendo reconhecida a importância das atividades de difusão: educativa e cultural em instituições arquivísticas, elas ainda são tratadas como ações secundárias em relação à função principal dos Arquivos (BELLOTTO. 2006:227).

Sem dúvida as atividades que envolvem ações educativas patrimoniais são importantes estratégias para o aumento da visibilidade social dos conjuntos/acervos documentais. São caminhos para que a sociedade reconheça a função social dessas instituições para além da sua função primordial de recolhimento, preservação e organização. Não se valoriza o que não se conhece.

Abrilhantando o planejamento de difusão, a ação educativa “A Escola Vai ao Arquivo”, elaborada para atender alunos e professores do ensino básico das redes estadual, municipal e particular, tornou-se a “mola mestra” da atividade de divulgação do APESC. Dos meses de julho a novembro de 2019 o Arquivo recebeu cerca de 350 alunos da rede pública estadual.

A atividade que vai além de uma visita guiada pelos espaços do Arquivo, intenciona refletir sobre a valorização e preservação dos bens patrimoniais e aí destacamos o documento histórico, inserindo o estudante no conhecimento sobre o contexto de produção documental evitando a mitificação do documento. Isto porque documentos arquivísticos isolados de seu contexto de produção passam a ter valor como espécie rara e artefato e não como documento integrante de um contexto de

produção com possibilidades de reativar memórias, de funcionar como gatilho para a (re)construção de processos históricos passados.



Fonte: Acervo APESC – 2020



Fonte: Acervo APESC – 2018



Fonte: Acervo APESC – 2018



Fonte: Acervo APESC – 2018



Fonte: Acervo APESC – 2018



Fonte: Acervo APESC – 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das preocupações de valorização e preservação dos espaços arquivísticos, as ações educativas desenvolvidas no APESC intencionam, prioritariamente, contribuir no fortalecimento dos conceitos de identidade e pertencimento.

Segundo BELLOTO (2006), a medida em que o arquivo, sendo a morada da história, se aproximar do cidadão possibilitará que ele – o cidadão – conheça e explore melhor a sua identidade cultural. "A identidade cultural é um direito do homem e este direito do homem só pode ser assegurado pela história e pela memória. (BRONISLAW apud BELLOTO).

Essas diretrizes inquestionavelmente integram o programa de ação educativa do APESC e reforçam a importância social desse espaço arquivístico como guardião de informações indispensáveis para a construção da memória histórica que fornecem os suportes para a elaboração dos processos identitários.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R.; BOADAS, J. **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Gobierno Vasco, Departamento de Cultura, 1991.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver, FREITAS, Carla Janaína Pereira, SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Ação Educativa a Distância: relato de uma prática com professores no Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: **Revista História Hoje**, v. 3, nº 5, p. 125-146 – 2014. Acesso em 22/07/2020.

BARBOSA, Andresa C. O.; SILVA, Haike R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.45-66, jan.-jun. 2012. Acesso em 22/07/2020.

BELLOTTO, H.L. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 1).

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa. In: **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico]** / Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. -- Dados eletrônicos. -- Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica* – **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Não paginado. Acesso em: 17 jun. 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-27, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HENRIQUES, Maria de Lurdes. **Conhecer e visitar: o serviço educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.** Disponível em: Acesso em: 18 de maio 2020.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia.** RJ: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói: EDUFF, 1996.

MINUZZO, L. U. **Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.** Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2010. 93 f.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares: **Projeto história.** SP: (10) 1993. In <https://revistas.pucsp.br/>. Acesso em 25/08/2020.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (Org.). **Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI.** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 327-332.

PEGEON, A. Uma experiência pedagógica em arquivos: A disciplina "Arquivo" do Archives Nationales da França. **Revista Acervo**, v. 25, p. 89-102, 2012.

SCHELLENBERG. T.R. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas.** RJ: FGV, 2006
SMIT, J.W. A organização dos documentos no arquivo: do paradigma físico ao paradigma intelectual. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, 16., 2010, Santos. Anais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.